

[Página inicial](#) / [Meus cursos](#) / [Comando-Geral](#) / [COGER](#)
/ [Curso de Atualização Profissional em Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar - FATD](#) / [Pesquisas e Avaliação Final](#)
/ [Avaliação Final do Curso](#)

Iniciado em	sexta, 19 Abr 2024, 15:18
Estado	Finalizada
Concluída em	sexta, 19 Abr 2024, 15:55
Tempo empregado	37 minutos 21 segundos
Notas	11,94/20,00
Avaliar	5,97 de um máximo de 10,00(60%)
Comentários	Você tem que estudar mais e ao total são 3 tentativas para alcançar um boa nota! Boa Sorte!

Questão 1

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre Impedimento e Suspeição do encarregado FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. O Encarregado quando entender que é suspeito ou impedido para determinado processo administrativo deve informar o fato à autoridade delegante. ✓
- b. A autoridade disciplinar não se submete às causas de impedimento e suspeição.
- c. Quando a suspeição ou impedimento for suscitada pelo Acusado, o Encarregado deve produzir documento confirmando ou não a alegação. ✓
- d. A Suspeição possui caráter subjetivo, sendo a presunção de caráter relativo. Ocorre quando existe algum vínculo do encarregado ou da autoridade disciplinar com o ofendido/acusador ou com o acusado. ✓
- e. Nos casos de impedimento, existe uma PROIBIÇÃO objetiva e absoluta de atuação do encarregado e da autoridade disciplinar. ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

Nos casos de impedimento, existe uma PROIBIÇÃO objetiva e absoluta de atuação do encarregado e da autoridade disciplinar.,

A Suspeição possui caráter subjetivo, sendo a presunção de caráter relativo. Ocorre quando existe algum vínculo do encarregado ou da autoridade disciplinar com o ofendido/acusador ou com o acusado.,

O Encarregado quando entender que é suspeito ou impedido para determinado processo administrativo deve informar o fato à autoridade delegante.,




Quando a suspeição ou impedimento for suscitada pelo Acusado, o Encarregado deve produzir documento confirmando ou não a alegação.

Questão **2**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre as atribuições do encarregado FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. Antes de instaurar o FATD o encarregado não precisa estudar a documentação de origem para inteira-se dos fatos e verificar o que deverá ser providenciado durante a elaboração do FATD;
- b. Atualmente, o encarregado poderá ser Oficial, Aspirante-a-Oficial, Cadete, Subtenente ou Sargento,  respeitados os níveis hierárquicos dos acusados e a complexidade da apuração
- c. É possível a própria Autoridade Disciplinar figurar como encarregado do FATD embora não seja usual. 
- d. É quem deve apurar os fatos tidos como transgressão disciplinar da melhor maneira possível, procedendo  à instrução do FATD, juntando e produzindo todas as provas necessárias para compreender realmente como se sucedeu o ocorrido.
- e. Eventualmente o ENCARREGADO pode fazer o papel de ACUSADOR e DEFENSOR do militar estadual, sendo irrelevante conduzir a instrução do FATD com equilíbrio e isenção.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

É quem deve apurar os fatos tidos como transgressão disciplinar da melhor maneira possível, procedendo à instrução do FATD, juntando e produzindo todas as provas necessárias para compreender realmente como se sucedeu o ocorrido.,

É possível a própria Autoridade Disciplinar figurar como encarregado do FATD embora não seja usual.,

Atualmente, o encarregado poderá ser Oficial, Aspirante-a-Oficial, Cadete, Subtenente ou Sargento, respeitados os níveis hierárquicos dos acusados e a complexidade da apuração

Questão **3**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre a verificação de documentos no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. As Diligências, compreendidas na verificação de documento, intuito de verificar os documentos faltantes e solicitar pode ocorrer em: Laudos e Perícias que o caso requeira; Outros documentos, procedimentos instrutórios e solicitações a outros órgãos; Localização de pessoas cuja oitiva seja útil, etc. ✓
- b. O Início da Lavratura e organização dos documentos consiste em produzir, organizar, autuar e numerar os documentos na seguinte ordem: Capa; Despacho de Designação; Publicação do Despacho; Documentos de Origem; Ficha Disciplinar Individual atualizada do Acusado (FDI); Escala de serviço (se for o caso). ✓
- c. A Verificação de documentos no FATD consiste em analisar os documentos recebidos e realizar uma leitura atenta dos fatos para saber se falta algum documento. ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

A Verificação de documentos no FATD consiste em analisar os documentos recebidos e realizar uma leitura atenta dos fatos para saber se falta algum documento.,

As Diligências, compreendidas na verificação de documento, intuito de verificar os documentos faltantes e solicitar pode ocorrer em: Laudos e Perícias que o caso requeira; Outros documentos, procedimentos instrutórios e solicitações a outros órgãos; Localização de pessoas cuja oitiva seja útil, etc.,

O Início da Lavratura e organização dos documentos consiste em produzir, organizar, autuar e numerar os documentos na seguinte ordem: Capa; Despacho de Designação; Publicação do Despacho; Documentos de Origem; Ficha Disciplinar Individual atualizada do Acusado (FDI); Escala de serviço (se for o caso).

Questão **4**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre o Relato do Fato e Decisões Interlocutórias, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)**

Escolha uma ou mais:

 a.

Um dos objetivos da Decisão Interlocutória é resolver as questões de direito suscitadas pela defesa, deferindo ou não a produção de provas, inquirições de testemunhas e outros pedidos da defesa de forma fundamentada.

b. Em muitos FATD instruídos, os encarregados denegam a oitiva de testemunhas, produção de provas e requerimentos de documentos, sem, no entanto, fundamentar tal decisão, o que é absolutamente normal, tendo em vista que os atos da Administração Pública prevalecem aos direitos e garantias fundamentais do Acusado.

 c.

Quando ficar evidente um relato do fato genérico, sem a clara delimitação de conduta, o processo administrativo deve ser anulado a partir do Relato do Fato Imputado, retornando para o encarregado instruir novamente todo o FATD.

 d.

Eventual deferimento ou não de testemunhas deverá estar fundamentado. É admissível o indeferimento de pedido de oitiva de provas testemunhais, quando se constatar número exorbitante de testemunhas e que o objeto buscado com os depoimentos diz respeito meramente ao perfil profissional subjetivo do militar estadual (testemunhas abonatórias).

e.



O relato do fato genérico ocorre quando fica evidente uma insuficiente delimitação da conduta do militar estadual, sendo considerado inepto por dificultar sua defesa.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

O relato do fato genérico ocorre quando fica evidente uma insuficiente delimitação da conduta do militar estadual, sendo considerado inepto por dificultar sua defesa.,

Quando ficar evidente um relato do fato genérico, sem a clara delimitação de conduta, o processo administrativo deve ser anulado a partir do Relato do Fato Imputado, retornando para o encarregado instruir novamente todo o FATD.,

Um dos objetivos da Decisão Interlocutória é resolver as questões de direito suscitadas pela defesa, deferindo ou não a produção de provas, inquirições de testemunhas e outros pedidos da defesa de forma fundamentada.,

Eventual deferimento ou não de testemunhas deverá estar fundamentado. É admissível o indeferimento de pedido de oitiva de provas testemunhais, quando se constatar número exorbitante de testemunhas e que o objeto buscado com os depoimentos diz respeito meramente ao perfil profissional subjetivo do militar estadual (testemunhas abonatórias).

Questão **5**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre os Princípios da Administração Pública, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

 a.

Os princípios da Administração Pública estão previstos na Constituição Federal, em seu art. 37, e sua observação é fundamental na elaboração de um Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar.

 b.

O princípio da moralidade está ligado à distinção entre o legal e ilegal, justo e injusto, conveniente e inconveniente e entre o honesto e desonesto. O militar estadual deve nortear sua conduta naquilo que está em conformidade com a ética institucional, visando o bem comum.

 c.

O Princípio da Impessoalidade é relacionado ao processo administrativo disciplinar que deve ser instaurado de modo a atender o interesse público e institucional. Portanto, pode a autoridade com competência disciplinar instaurar um FATD para satisfazer interesse próprio ou de terceiros.

d.



A publicidade consiste na divulgação oficial do ato administrativo para conhecimento público e início de seus efeitos. Por este motivo, devem ser publicados o despacho que determina a instauração do FATD, a decisão da autoridade disciplinar sobre o caso, a nota de punição e qualquer outro ato administrativo relacionado, como decisões de recursos disciplinares.

e.



O Princípio da Legalidade é aquele que obriga o administrador público a atuar conforme as normativas legais, estas relacionadas e determinadas de acordo com as exigências do bem comum. Quando atua em desconformidade com estas, pode estar sujeito a responsabilização administrativa disciplinar, civil e criminal.

f.



O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

Os princípios da Administração Pública estão previstos na Constituição Federal, em seu art. 37, e sua observação é fundamental na elaboração de um Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar., O Princípio da Legalidade é aquele que obriga o administrador público a atuar conforme as normativas legais, estas relacionadas e determinadas de acordo com as exigências do bem comum. Quando atua em desconformidade com estas, pode estar sujeito a responsabilização administrativa disciplinar, civil e criminal. ,

O princípio da moralidade está ligado à distinção entre o legal e ilegal, justo e injusto, conveniente e inconveniente e entre o honesto e desonesto. O militar estadual deve nortear sua conduta naquilo que está em conformidade com a ética institucional, visando o bem comum.,

A publicidade consiste na divulgação oficial do ato administrativo para conhecimento público e início de seus efeitos. Por este motivo, devem ser publicados o despacho que determina a instauração do FATD, a decisão da autoridade disciplinar sobre o caso, a nota de punição e qualquer outro ato administrativo relacionado, como decisões de recursos disciplinares.,

O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional.

Questão **6**Parcialmente
corretoAtingiu 0,67 de
1,00**Sobre as Oitivas no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

 a.

O Encarregado deve ter iniciativa de providenciar a oitiva do Ofendido, de outra testemunha ou como resultado de uma diligência forem mencionadas pessoas cuja oitiva possa ser útil para a adequada elucidação do ocorrido. Não precisa ficar esperando o acusado solicitar.

 b.

Testemunhas abonatórias são testemunhas que nada podem acrescentar sobre o fato ocorrido, mas que podem atestar a idoneidade e a boa conduta, seja profissional ou pessoal do acusado.

 c.

Após ouvido o Ofendido, o Encarregado deve providenciar a oitiva das testemunhas de acusação e daquelas solicitadas pelo Acusado em suas razões iniciais de defesa.

d.

Ao final de cada oitiva, seja do Ofendido/Acusador, seja das testemunhas, não é permitido à defesa, em assunto pertinente à matéria, fazer perguntas por intermédio do encarregado do processo disciplinar.

e. O ato de não abrir oportunidade ao acusado fazer perguntas não constitui cerceamento de defesa.

f.

Diz o Regulamento Disciplinar do Exército, em seu art. 35, que o acusado tem o direito de ser ouvido e a Portaria do Comando-Geral nº 339/2010 estabelece que a oitiva do acusado deve por ele ser solicitada, razão pela qual não se faz necessário e tão pouco é importante oportunizar o Ofendido e acusado a ser ouvido no FATD, bastando as razões de defesa.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 2.

As respostas corretas são:

Após ouvido o Ofendido, o Encarregado deve providenciar a oitiva das testemunhas de acusação e daquelas solicitadas pelo Acusado em suas razões iniciais de defesa.,

O Encarregado deve ter iniciativa de providenciar a oitiva do Ofendido, de outra testemunha ou como resultado de uma diligência forem mencionadas pessoas cuja oitiva possa ser útil para a adequada elucidação do ocorrido. Não precisa ficar esperando o acusado solicitar.,

Testemunhas abonatórias são testemunhas que nada podem acrescentar sobre o fato ocorrido, mas que podem atestar a idoneidade e a boa conduta, seja profissional ou pessoal do acusado.

Questão **7**

Incorreto

Atingiu 0,00 de
1,00**Sobre a Mutatio Libelli, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)**

Escolha uma ou mais:

- a. A Jurisprudência entende que há nulidade em aditamento à denúncia (*mutatio libelli*) quando oferecida a oportunidade para a manifestação da defesa. **✗ Não há nulidade ver slides Decisão STJ.**
- b. Poderá também o Relato do Fato Imputado incluir, complementar ou fornecer novo elemento ou circunstância não evidenciado em momento anterior, o que demandará do encarregado muitas vezes, a reprodução de inquirições de testemunhas e repetição de outras provas a fim de fornecer o caminho adequado para a instrução do processo administrativo.
- c. Na hipótese da ocorrência da *mutatio libelli*, como ocorre no processo penal, ou seja, mudança do quadro fático contestado, deve-se produzir novo Relato do Fato Imputado e reabrir o prazo para a defesa produzir a correspondente resposta, tudo em harmonia com os princípios do contraditório e da ampla defesa, garantidos do mesmo modo no âmbito do processo disciplinar (art. 5º, LV, CF).
- d. O Novo Relato do Fato Imputado poderá conter modificações mais simples como por exemplo, uma correção de datas, horários ou locais em que ocorreram a transgressão da disciplina.
- e. Na hipótese da ocorrência da *mutatio libelli*, deverá permitir que a defesa arrole testemunhas para serem ouvidas, e também, realize novo interrogatório do indiciado, a depender da alteração realizada.

Sua resposta está incorreta.

As respostas corretas são:

Na hipótese da ocorrência da *mutatio libelli*, como ocorre no processo penal, ou seja, mudança do quadro fático contestado, deve-se produzir novo Relato do Fato Imputado e reabrir o prazo para a defesa produzir a correspondente resposta, tudo em harmonia com os princípios do contraditório e da ampla defesa, garantidos do mesmo modo no âmbito do processo disciplinar (art. 5º, LV, CF).,

Na hipótese da ocorrência da *mutatio libelli*, deverá permitir que a defesa arrole testemunhas para serem ouvidas, e também, realize novo interrogatório do indiciado, a depender da alteração realizada.,

O Novo Relato do Fato Imputado poderá conter modificações mais simples como por exemplo, uma correção de datas, horários ou locais em que ocorreram a transgressão da disciplina.,

Poderá também o Relato do Fato Imputado incluir, complementar ou fornecer novo elemento ou circunstância não evidenciado em momento anterior, o que demandará do encarregado muitas vezes, a reprodução de inquirições de testemunhas e repetição de outras provas a fim de fornecer o caminho adequado para a instrução do processo administrativo.

Questão 8

Incorreto

Atingiu 0,00 de
1,00**Sobre a Juntada de Provas no FATD, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)**

Escolha uma ou mais:

- a. Muitas vezes quando da juntada de documentos, por iniciativa do próprio encarregado, não se faz necessária a abertura de novo prazo, quando esta juntada ocorrer após as razões de defesa.
- b. Como medida saneadora no FATD, deverá o encarregado possibilitar à defesa oportunidade para se manifestar sobre a juntada de documento ocorrida após a apresentação da Razão Final de Defesa, fazendo para tal constar no Registro dos Fatos Incidentais. ✓
- c. A ausência da abertura de prazo à defesa, quando da juntada de documentos após a razão final de defesa, é causa de nulidade relativa.
- d. Caso o SJD da Unidade constate a ausência de abertura do prazo na juntada de documentos depois das razões finais, deverá anular o FATD integralmente em razão da nulidade que cerceou a defesa e em homenagem ao princípio do contraditório. ✗

Caso o SJD da Unidade constate a ausência de abertura do prazo, poderá retornar o FATD para que realize a abertura do prazo para se manifestar sobre o documento juntado posteriormente, bem como produzir relatório complementar.

Sua resposta está incorreta.

As respostas corretas são:

A ausência da abertura de prazo à defesa, quando da juntada de documentos após a razão final de defesa, é causa de nulidade relativa.,

Como medida saneadora no FATD, deverá o encarregado possibilitar à defesa oportunidade para se manifestar sobre a juntada de documento ocorrida após a apresentação da Razão Final de Defesa, fazendo para tal constar no Registro dos Fatos Incidentais.

Questão 9

Parcialmente
corretoAtingiu 0,33 de
1,00**Sobre os Prazos das Razões de Defesa no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

 a.

Em caráter excepcional e a critério da autoridade competente, e desde que não haja comprometimento à eficácia e à oportunidade da ação disciplinar, o prazo para apresentação das razões de defesa poderá ser prorrogado até três vezes.

 b.

Caso o militar estadual não tenha interesse em apresentar as razões de defesa, o Encarregado deve providenciar o registro desta manifestação, que pode ser somente digitado pelo acusado em computador, conforme previsto no art. 9º, §2º da Portaria do Comando-Geral nº 339/2006.

 c.

O prazo para a apresentação das razões de defesa será de três dias úteis, a contar da data do ciente do militar estadual apontado como autor do fato na primeira via do relato do fato imputado.



- d. O Encarregado deve deferir todas as produções de provas solicitada pelo acusado, devendo sua decisão ser descrita no Registro dos Fatos Incidentais, sob pena de ofender direitos do acusado estabelecidos no RDE
- e.
Para o computo deste prazo, deve-se contar o dia do recebimento do relato do fato imputado, contando três dias úteis a partir de então.
- f.
Uma vez recebida a razão de defesa, o Encarregado deverá ler o documento entregue pelo acusado e analisar o que foi exposto, pois tais alegações podem influenciar na instrução do FATD, como necessidade de ouvir o acusador, testemunhas referidas, dentre outros.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 1.

As respostas corretas são:

O prazo para a apresentação das razões de defesa será de três dias úteis, a contar da data do ciente do militar estadual apontado como autor do fato na primeira via do relato do fato imputado.,

Em caráter excepcional e a critério da autoridade competente, e desde que não haja comprometimento à eficácia e à oportunidade da ação disciplinar, o prazo para apresentação das razões de defesa poderá ser prorrogado até três vezes.,

Uma vez recebida a razão de defesa, o Encarregado deverá ler o documento entregue pelo acusado e analisar o que foi exposto, pois tais alegações podem influenciar na instrução do FATD, como necessidade de ouvir o acusador, testemunhas referidas, dentre outros.

Questão **10**Parcialmente
corretoAtingiu 0,67 de
1,00**Sobre o Poder Disciplinar, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

 a.

Do Poder Disciplinar decorre a abrangência da competência disciplinar de cada Comandante, Chefe ou Diretor, conforme previsto no Decreto Estadual nº 7.339/2010 – Regulamento Interno de Serviços Gerais.

 b.

O poder disciplinar é correlato com o poder hierárquico, mas com ele não se confunde. No uso do poder hierárquico a Administração Pública distribui e escalona as suas funções executivas. Já no uso do poder disciplinar ela controla o desempenho dessas funções e a conduta interna de seus servidores, responsabilizando-os pelas faltas cometidas.

 c.

A competência para instaurar FATD e decidir sobre a responsabilidade administrativa do militar estadual na prática de transgressão disciplinar, inclusive em recursos disciplinares, decorre apenas da relação hierárquica e não funcional, entre subordinado e autoridade disciplinar.

d.

Poder disciplinar é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração Pública.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 2.

As respostas corretas são:

Poder disciplinar é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração Pública.,

O poder disciplinar é correlato com o poder hierárquico, mas com ele não se confunde. No uso do poder hierárquico a Administração Pública distribui e escalona as suas funções executivas. Já no uso do poder disciplinar ela controla o desempenho dessas funções e a conduta interna de seus servidores, responsabilizando-os pelas faltas cometidas.,

Do Poder Disciplinar decorre a abrangência da competência disciplinar de cada Comandante, Chefe ou Diretor, conforme previsto no Decreto Estadual nº 7.339/2010 – Regulamento Interno de Serviços Gerais.

Questão **11**Parcialmente
corretoAtingiu 0,75 de
1,00**Sobre as Razões de Defesa Finais no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. Neste momento, o Acusado não necessita ter acesso aos autos para expor formalmente quais são suas justificativas para a prática tida como transgressão disciplinar ou para defender por qual motivo entende que o fato não caracteriza ilícito administrativo.
- b. Após produzidas todas as provas, ouvido ou não o Acusado (dependendo de cada caso), o Encarregado deve abrir-lhe prazo para apresentar Razões Finais de Defesa. ✓
- c. A fase das Razões Finais de Defesa, via de regra, não é mais o momento para solicitar produção de provas, a menos que estas não pudessem ter sido produzidas anteriormente ou fossem totalmente desconhecidas. ✓
- d. O prazo para a Razão Final de Defesa também é de quatro dias.
- e. Porém, se o acusado também solicitar a produção de outra prova ou questionar algum aspecto formal do FATD, o Encarregado deverá analisar o suscitado formalmente, redigindo resposta circunstanciada no Registro de Fatos Incidentais acatando o proposto/reclamado ou não. ✓
- f. Se nas Razões Finais de Defesa o acusado apenas se manifestar sobre o mérito do processo administrativo, o Encarregado deve juntá-la aos autos e elaborar seu Relatório.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 3.

As respostas corretas são: Após produzidas todas as provas, ouvido ou não o Acusado (dependendo de cada caso), o Encarregado deve abrir-lhe prazo para apresentar Razões Finais de Defesa., A fase das Razões Finais de Defesa, via de regra, não é mais o momento para solicitar produção de provas, a menos que estas não pudessem ter sido

produzidas anteriormente ou fossem totalmente desconhecidas., Se nas Razões Finais de Defesa o acusado apenas se manifestar sobre o mérito do processo administrativo, o Encarregado deve juntá-la aos autos e elaborar seu Relatório., Porém, se o acusado também solicitar a produção de outra prova ou questionar algum aspecto formal do FATD, o Encarregado deverá analisar o suscitado formalmente, redigindo resposta circunstanciada no Registro de Fatos Incidentais acatando o proposto/reclamado ou não.

Questão **12**

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Não há cerceamento de defesa se o acusado for regularmente notificado para comparecer a oitiva de testemunhas, porém optar por não fazê-lo.

Escolha uma opção:

- Verdadeiro ✓
- Falso

Precedentes: STF

A resposta correta é 'Verdadeiro'.

Questão **13**

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre a Oitiva do Acusado no FATD, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)

Escolha uma ou mais:

- a. Não ouvir o Acusado garante a Ampla Defesa e Contraditório a sua defesa.
- b. A oitiva do acusado muitas vezes não garante o esclarecimento do fato já que ele não pode contraditar os fatos que ocorreram ao longo da instrução processual.
- c. O encarregado deverá sempre oportunizar ao acusado o seu interrogatório depois de produzidas todas as provas, e constando no relato dos fatos incidentais, a dispensa do próprio acusado quando este não considerar importante se manifestar ou entender que suas razões de defesa suprem a necessidade de sua oitiva. ✓
- d. Via de regra não necessita o acusado ser notificado para ser interrogado.
- e. *É a ocasião em que o acusado pode fornecer ao encarregado sua versão pessoal sobre os fatos e sua realização após a colheita da prova permitirá, sem dúvida, um exercício mais completo do **direito de defesa**, inclusive pela **faculdade de permanecer em silêncio** (art. 5º, LVIII, CF)* ✓

Sua resposta está correta.


As respostas corretas são:

*É a ocasião em que o acusado pode fornecer ao encarregado sua versão pessoal sobre os fatos e sua realização após a colheita da prova permitirá, sem dúvida, um exercício mais completo do **direito de defesa**, inclusive pela **faculdade de permanecer em silêncio** (art. 5º, LVIII, CF),*

O encarregado deverá sempre oportunizar ao acusado o seu interrogatório depois de produzidas todas as provas, e constando no relato dos fatos incidentais, a dispensa do próprio acusado quando este não considerar importante se manifestar ou entender que suas razões de defesa suprem a necessidade de sua oitiva.

Questão **14**Parcialmente
corretoAtingiu 0,20 de
1,00**Sobre os Princípio do Processo Administrativo Disciplinar, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. O Princípio da verdade real decorre da obrigação imposta à Administração produzir provas, atuando de  ofício ou mediante provocação, de modo a formar sua convicção sobre a realidade fática em apuração.
- b. O Princípio da Celeridade é aquele em que o processo administrativo deve ser realizado dentro do prazo razoável e dentro do prazo estabelecido, garantindo a apuração célere do ocorrido, de modo a possibilitar à Administração Castrense se manifestar de maneira concreta sobre o assunto e assim não perder o caráter educativo da eventual punição.
- c. Em razão do Princípio do Formalismo Moderado não faz diferença se o acusado diz que não tem interesse em apresentar razões de defesa e esta informação é transcrita em uma certidão assinada pelo interessado ou se ele a redige de próprio punho em um formulário. O que interessa é a manifestação legítima de que lhe foi oportunizado tal meio de defesa e houve o desinteresse espontâneo.
- d. Do Princípio da Motivação decorre a obrigação do comandante, chefe ou diretor deixar bem claro quais foram os elementos de prova e as razões que o levaram a decidir pela responsabilidade disciplinar do acusado, para determinar a gravidade do praticado e estabelecer a punição merecida.
- e. O princípio do Formalismo Moderado deve prever a realização de ritos e formas simples, suficientes para propiciar um grau de certeza, segurança e respeito ao contraditório e à ampla defesa.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 1.

As respostas corretas são:

O princípio do Formalismo Moderado deve prever a realização de ritos e formas simples, suficientes para propiciar um grau de certeza, segurança e respeito ao contraditório e à ampla defesa.,

Em razão do Princípio do Formalismo Moderado não faz diferença se o acusado diz que não tem interesse em apresentar razões de defesa e esta informação é transcrita em uma certidão assinada pelo interessado ou se ele a redige de próprio punho em um formulário. O que interessa é a manifestação legítima de que lhe foi oportunizado tal meio de defesa e houve o desinteresse espontâneo.,

O Princípio da Celeridade é aquele em que o processo administrativo deve ser realizado dentro do prazo razoável e dentro do prazo estabelecido, garantindo a apuração célere do ocorrido, de modo a possibilitar à Administração Castrense se manifestar de maneira concreta sobre o assunto e assim não perder o caráter educativo da eventual punição.,

Do Princípio da Motivação decorre a obrigação do comandante, chefe ou diretor deixar bem claro quais foram os elementos de prova e as razões que o levaram a decidir pela responsabilidade disciplinar do acusado, para determinar a gravidade do praticado e estabelecer a punição merecida.,

O Princípio da verdade real decorre da obrigação imposta à Administração produzir provas, atuando de ofício ou mediante provocação, de modo a formar sua convicção sobre a realidade fática em apuração.

Questão **15**

Incorreto

Atingiu 0,00 de
1,00**Sobre o Relato do Fato Imputado no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. É possível dizer que o Relato do Fato Imputado seria o principal documento do Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar, pois define o motivo pelo qual o militar esta sendo processado e do que exatamente ele deve se defender.
- b. A tipificação da conduta do militar estadual que caracteriza transgressão disciplinar é pouco importante, sendo pacífico que o acusado se defende dos fatos e da indicação dos itens do anexo I do RDE, o que traz prejuízo se houver descrição errada do artigo do RDE. ✘
- c. O Encarregado pode se utilizar de acusações genéricas e não delimitar ações ou omissões do acusado que justificaram a instauração de FATD, inclusive as possíveis consequências negativas (se for possível determinar)
- d. O Texto do Relato do Fato Imputado deve narrar quem praticou a ação e omissão. O ocorrido deve ser delimitado no tempo, sendo informado o dia e a hora, se possível. Da mesma maneira, em qual local a transgressão disciplinar foi praticada. O que ensejou a instauração do FATD e como ou por qual motivo os fatos se deram também deve ser descrito o mais detalhado possível.
- e. É por meio do Relato do Fato Imputado que o Acusado é cientificado formalmente sobre a instauração do FATD, cumprindo papel bastante semelhante ao da citação do processo penal e dos processos administrativos que podem resultar na exclusão do militar estadual.

Sua resposta está incorreta.

As respostas corretas são:

É possível dizer que o Relato do Fato Imputado seria o principal documento do Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar, pois define o motivo pelo qual o militar esta sendo processado e do que exatamente ele deve se defender.,

É por meio do Relato do Fato Imputado que o Acusado é cientificado formalmente sobre a instauração do FATD, cumprindo papel bastante semelhante ao da citação do processo penal e dos processos administrativos que podem resultar na exclusão do militar estadual.,

O Texto do Relato do Fato Imputado deve narrar quem praticou a ação e omissão. O ocorrido deve ser delimitado no tempo, sendo informado o dia e a hora, se possível. Da mesma maneira, em qual local a transgressão disciplinar foi praticada. O que ensejou a instauração do FATD e como ou por qual motivo os fatos se deram também deve ser descrito o mais detalhado possível.

Questão **16**Parcialmente
corretoAtingiu 0,25 de
1,00**Sobre a Anulação dos Atos previstos no CPPM, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)**

Escolha uma ou mais:

 a. b.

Cabe a autoridade reconhecer a invalidade de determinado ato processual e verificar se esse vício se propagou ou não aos outros atos do procedimento.

 c. A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a nulidades dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência. d.

Os atos nos quais forem identificadas nulidades deverão ser renovados ou retificados, se houver tal possibilidade.

 e.

A nulidade de um ato, uma vez declarada, não causará a nulidade dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência, pois são independentes entre si.

f.



Aqueles documentos que porventura sejam considerados nulos por decisão fundamentada da autoridade, durante análise do FATD, deverão ser desentranhados dos autos.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 1.

As respostas corretas são:

Os atos nos quais forem identificadas nulidades deverão ser renovados ou retificados, se houver tal possibilidade.,

Cabe a autoridade reconhecer a invalidade de determinado ato processual e verificar se esse vício se propagou ou não aos outros atos do procedimento.,

A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a nulidades dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.,

Aqueles documentos que porventura sejam considerados nulos por decisão fundamentada da autoridade, durante análise do FATD, deverão ser desentranhados dos autos.

Questão **17**

Incorreto

Atingiu 0,00 de
1,00

É possível suprir os vícios de Nulidade estudados no Módulo III?

Escolha uma opção:

Verdadeiro

Falso ✘

A resposta correta é 'Verdadeiro'.

Questão **18**Parcialmente
corretoAtingiu 0,88 de
1,00**Sobre o Objetivo do FATD, responda abaixo:**

Escolha uma ou mais:

 a.

O objetivo principal do FATD é apurar os fatos e circunstâncias de suposta transgressão disciplinar

 b.

Todas as opções estão corretas

 c.

O Objetivo do FATD é verificar se há ou não responsabilidade do militar estadual sem lhe oportunizar a possibilidade de se defender adequadamente pois a autoridade com competência disciplinar é livre para decidir da maneira que melhor entender com base na documentação de origem

 d.

O objetivo principal do FATD é viabilizar a punição do acusado

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou muitas opções.

É importante deixar bem claro que o objetivo principal do FATD não é viabilizar a punição do acusado, mas sim apurar os fatos e circunstâncias em que se deu a suposta transgressão disciplinar para verificar se há ou não responsabilidade disciplinar.

A resposta correta é:

O objetivo principal do FATD é apurar os fatos e circunstâncias de suposta transgressão disciplinar

Questão **19**

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Os instrumentos existentes para suprir os vícios são: Convalidação de Ato Administrativo, Revogação de Ato Administrativo e Anulação ou Invalidação de Ato Administrativo

Escolha uma opção:

- Verdadeiro ✓
- Falso

A resposta correta é 'Verdadeiro'.

Questão **20**Parcialmente
corretoAtingiu 0,20 de
1,00**Sobre o Módulo I, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

 a.

O Princípio do devido processo legal diz que nenhuma decisão gravosa a um militar estadual poderá ser imposta sem que, antes, tenha sido submetido a um processo cujo procedimento esteja previamente previsto em normativa jurídica própria.

 b.

O Princípio do devido processo legal, previsto no art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, é considerado o princípio fundamental do processo administrativo, eis que se configura a base sobre a qual os demais se sustentam.

 c.

Dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal derivam uma série de princípios, muitos deles aplicáveis ao processo administrativo disciplinar.



d. A Constituição Federal, também chamada de Carta Magna, é o conjunto de regras e princípios supremos do ordenamento jurídico de um país, limitando poderes, organizando o Estado e definido direitos e garantias fundamentais.

e.

O Princípio do devido processo legal diz que nenhum militar estadual pode ser responsabilizado administrativamente por suposta falta disciplinar cometida sem que lhe tenha sido concedida ampla oportunidade de comprovar sua inocência ou justificar a transgressão praticada conforme a sequência de atos estabelecidos na normativa do FATD e demais relacionadas.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 1.

As respostas corretas são: A Constituição Federal, também chamada de Carta Magna, é o conjunto de regras e princípios supremos do ordenamento jurídico de um país, limitando poderes, organizando o Estado e definido direitos e garantias fundamentais. ,

Dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal derivam uma série de princípios, muitos deles aplicáveis ao processo administrativo disciplinar.,

O Princípio do devido processo legal, previsto no art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, é considerado o princípio fundamental do processo administrativo, eis que se configura a base sobre a qual os demais se sustentam.,

O Princípio do devido processo legal diz que nenhuma decisão gravosa a um militar estadual poderá ser imposta sem que, antes, tenha sido submetido a um processo cujo procedimento esteja previamente previsto em normativa jurídica própria.,

O Princípio do devido processo legal diz que nenhum militar estadual pode ser responsabilizado administrativamente por suposta falta disciplinar cometida sem que lhe tenha sido concedida ampla oportunidade de comprovar sua inocência ou justificar a transgressão praticada conforme a sequência de atos estabelecidos na normativa do FATD e

demais relacionadas.

◀ Pesquisa de Avaliação do Curso e
Plataforma

Seguir para...

Certificado de Conclusão ▶